

Um espaço-corpo fraturado: as Ilhas Malvinas na *Revue des Deux Mondes*¹



Jefferson Agostini Mello
(Universidade de São Paulo)

Há dois momentos-chave e distintos, na história do Ocidente, em que os relatos de viagens servem de porta-vozes da construção de espaços: os séculos XV e XVI e, mais tarde, os séculos XVIII e XIX. Em uma primeira fase, as chamadas grandes navegações, viagens da *Orbis terrarum* ao desconhecido, acabam por topar com um outro pedaço de terra, até então inexistente, com o que mais tarde se chamaria América, ou a quarta parte do mundo. Na constituição da América, na sua invenção, o que surge é um novo continente, mas um continente, de acordo com Edmundo O’Gorman (1992), à imagem e semelhança do seu inventor. Tem-se, portanto, nestas viagens e nos textos que daí proliferam,

¹ * Revisito neste ensaio um dos capítulos da minha dissertação de mestrado, *Intervenções insulares (Santa Catarina, Açores, Malvinas): viagens na Revue des Deux Mondes*, defendida em agosto de 1999, no mestrado em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina, e escrita sob a orientação de Raul Antelo. Passados mais de 10 anos, é normal que o texto original sofra mudanças consideráveis e eu me interesse, também, por outros aspectos da questão insular.

uma relação com o outro que não é de ruptura, mas de continuidade, ou seja, de continentalidade; o explorador busca transplantar para as terras da América as suas formas de vida e o outro dos relatos de viagem não será entendido como uma alteridade radical, mas como alguém que carece de uma consciência do seu próprio devir e que poderá ser trabalhado, isto é, adaptado ao modelo.

No século XVIII, serão outros os exploradores de espaços que passarão pelo continente americano – não mais “inventores”, mas “interventores”. Se o prefixo “in”, de invenção, não pressupõe um outro que se impõe como diferença, a construção dos espaços nacionais que começa a se processar nos fins do século XVIII traz, pelo contrário, um atestado de maturidade e, logo, uma necessidade de ruptura por meio da imposição de limites que se querem cada vez mais precisos. Nesse segundo ciclo das viagens de colonização, o novo mundo não oferece mais ao colonizador – que não é mais português nem espanhol (ibérico), mas sobretudo francês e inglês, em outras palavras, europeu – um espaço à sua espera, fruto da bondade divina. O espaço agora, além de ser “reinventado”, deverá ser disputado.

Com efeito, o almirante da marinha francesa, Jurien de la Gravière, relembra bem o que estava em jogo nas primeiras décadas do século XX. Segundo ele, quando da sua expedição à América Latina, as “[...] ricas colônias, fundadas pela Espanha nessas paragens longínquas, proclamavam uma após a outra a sua independência e a liberdade do comércio se seguia ao monopólio ciumento que as havia explorado durante quase três séculos” (GRAVIÈRE, 1860, p. 636-637).² Cabia então à França avizinhar-se da Inglaterra em termos de vendas dos seus produtos aos latino-americanos, e a viagem que o rei da França, por meio de seu ministro, propunha a Gravière tinha como mote, justamente, a averiguação dos novos países, potenciais consumidores. Era fundamental mostrar às jovens nações que os franceses também eram uma potência naval e se encontravam presentes naqueles portos:

O dever da França era reivindicar a sua parte das vantagens que esse novo estado de coisas prometia à indústria europeia. Os ingleses, fiéis às suas tradições, estavam a nossa frente. Pintavam a França como um país enfraquecido pelas guerras contínuas, sem marinha, sem finanças, incapaz de lançar ao mar qualquer armamento (GRAVIÈRE, 1860, p. 637).

2 Optei por traduzir todos os textos em língua estrangeira.

Mas, além disso, a viagem parecia ter igualmente o intuito de averiguar a governabilidade – e, por que não, o tipo de ocupação – daqueles países “abandonados” pelos espanhóis:

As colônias da América do Sul vislumbraram se governar apenas no dia em que um estrangeiro tomou o poder na metrópole.³ Sua educação política estava ainda por se fazer, e uma revolução imprevista tirava-lhes o chão antes que elas pudessem andar. Apesar de um impulso comum animar todos os revoltosos, apesar de eles sentirem instintivamente que as suas causas eram solidárias, nenhum pensamento de unidade pareceu presidir seus esforços (GRAVIÈRE, 1860, p. 637).

287

Embora escrito em outro período, esse trecho retoma uma imagem dos relatos de invenção, a saber, a do Outro infantilizado, intuitivo, impulsivo, sem as ferramentas para pensar sozinho sobre o seu futuro. Da mesma forma, como se verá mais adiante, ressignifica-se, nesse segundo ciclo, a visão de um continente praticamente vazio ou caótico, de uma natureza exuberante, que, dada a desorganização dos seus habitantes, poderia muito bem ser recolonizado pelos interventores europeus.

O texto de Jurien de la Gravière, que trata dos anos 20 do século XIX, é publicado em 1860 na *Revue des Deux Mondes*. Esta, que nasce em 1829, isto é, no momento a que a sua viagem se refere, é também, em 1829, um “Recueil de la Politique, de l’Administration et des Moeurs”, e, em 1830, um “Journal de Voyages”.⁴ Em outras palavras, a *Revue* já nasce preocupada com a reorganização geopolítica do mundo.⁵ De modo que, no número de abertura, a “Advertência”, possivelmente escrita pelos diretores, então Prosper Mauroy e Ségur-Dupeyron – que ficarão

3 Gravière parece se referir, no caso, à posse do trono espanhol por José Bonaparte, irmão de Napoleão.

4 A *Revue des Deux Mondes* está disponível no site *Gallica*, biblioteca digital de livros, periódicos e manuscritos vinculada à Bibliothèque Nationale de France (BNF). O link para os números da revista é <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32858360p/date.r=revue+des+deux+mondes.langPT>

5 No frontispício do primeiro número de 1830 de *Revue* se lê: *Revue des Deux Mondes, Journal de Voyages, de l’Administration, des Moeurs, Chez les Différens Peuples du Globe*. Estudiosos da *Revue* indicam que aos poucos ela deixa de ser uma revista de viagens para se voltar principalmente à literatura e às artes. Contudo, pelo menos nos seus primeiros 50 anos, enquanto é dirigida por François Buloz, o órgão não abandona a publicação de relatos de viagens.

apenas dois anos na condução da revista – indica o espírito interventor da publicação e a vontade de fazer dela um órgão de política e geografia comparadas, tendo como ponto de partida a relação com o estrangeiro:

Não são das teorias administrativas que a França mais necessita, é da administração *prática*. Portanto, deve-se conhecer bem o que acontece ou aconteceu com os outros povos, a fim de se adotar das suas instituições apenas o que puder ser aplicado aos nossos costumes, ao nosso caráter, ao progresso das nossas luzes, à posição geográfica do nosso território. Muitas viagens são feitas para descrever os sítios de um lugar. Tudo o que é poético, tudo o que se presta a brilhantes descrições, tudo que se oferece como assunto de reflexões desviantes é aí tratado com um cuidado, com uma atenção própria; mas no que concerne o modo da administração local, a organização civil e política do país, os seus recursos financeiros, industriais e agrícolas, fala-se aí apenas de maneira incompleta. Trata-se de questões que podem ser abordadas apenas quando nos dedicamos a estudos profundos e especializados” (1829, p. i-ii).⁶

Assim, o contato e o aprendizado sério e profundo com os outros povos, quando o intuito é lhes adaptar modelos de sucesso, pressupõe, de acordo com o texto inaugural da revista, menos literatura e descrição romântica e mais ciência, administração e técnica. Essa, de fato, será a tônica dos números publicados em 1829.

Porém, concomitantemente, o ideário romântico não deixa de atravessar as primeiras décadas da *Revue des Deux Mondes*. Aliás, ele já pode ser percebido nessa “Advertência”, em que se defende que tudo está conectado, apesar das diferenças, em uma mesma atmosfera, como se um mesmo espírito integrasse todos os indivíduos. Tal concepção se articula sem problemas ao ideário científico e justifica então o método a ser utilizado, a saber, a comparação: “Eventualmente o que ocupa vivamente nosso espírito pode ser encontrado ao mesmo tempo em outro ponto do globo, e uma das aproximações mais interessantes desta revista será ver os mesmos princípios compreendidos e aplicados de modo diverso na França e na Inglaterra, no Brasil e na Alemanha, nas margens do Delaware, nos rios dos mares do Sul” (p. ii-iii). Parece-me que não se está distante, aqui, nem da ideia de Goethe de uma literatura universal⁷,

6 Como esse texto não vem assinado, a autoria dos diretores é apenas presumida.

7 Em um primeiro fragmento, extraído de uma resenha a Tasso, e publicado em 1827, Goethe afirma que, tendo participado da formação da literatura alemã, ele constata como, “[...] a partir de elementos senão antagonistas, ao menos heterogêneos, uma literatura alemã se forma, na verdade só se torna *uma* porque é redigida em *uma* língua” (GOETHE, 1996, p. 299). Tendo

nem do que Eric Auerbach, ao tratar de Balzac, nomeia “realismo de atmosfera”, próprio do romantismo de início do século XIX.⁸

Em estudo pioneiro sobre a *Revue des Deux Mondes* e o Brasil, Luiz Dantas percebe essa articulação de ciência e pensamento romântico nos textos ali publicados sobre o país. Comentando uma passagem de Francis de Castelnau, Dantas assinala que há na revista, por um lado, a “[...] vitalidade das velhas imagens caras aos românticos, e associadas à fascinação americana, e, por outro lado, as necessidades mais práticas (DANTAS, 1991, p. 141)”. Entretanto, para ele,

[...] não se deve superestimar o aspecto literário ou exótico das preocupações desses viajantes. As descrições das paisagens tropicais, sua desolação ou sua imensidão, são na verdade, passagens obrigatórias em todas aquelas relações. Porém os viajantes estão engajados numa investigação mais ‘séria’: trata-se de cientistas no exercício de suas missões científicas, ou observadores que percorrem o país a fim de reunir o maior número de informações necessárias à sua compreensão e análise (DANTAS, 1991, p. 141-142).

De sua parte, Mary Louise Pratt, em *Imperial Eyes*, ao analisar

já assinalado a heterogeneidade de uma literatura propositadamente nacionalista, Goethe assinala, em um segundo fragmento de 1828, parte de uma resenha consagrada ao *German Romance*, que “[...] é perceptível que os esforços estéticos dos melhores poetas e escritores de todas as nações estão voltados, depois de uma certa época, em direção ao que é universalmente humano. Em cada fenômeno particular, seja ele histórico, mitológico ou fabuloso, seja ele uma ficção mais ou menos arbitrária, veremos cada vez mais a universalidade brilhar e transparecer através do caráter nacional e individual” (GOETHE, 1996, p. 299). O autor argumenta ainda, no mesmo fragmento, do “mercado das ideias”, em diálogo com os editores da revista: “Uma tolerância generalizada será conseguida com mais certeza se nós deixarmos em paz o que particulariza os diferentes indivíduos humanos e os diferentes povos, convencendo-nos ao mesmo tempo que o traço de diferença do que é realmente meritório reside no que pertence a toda a humanidade. Faz tempo os alemães contribuem a uma tal mediação e reconhecimento recíproco. Aquele que compreende e estuda a língua alemã se instala em um mercado onde todas as nações oferecem suas mercadorias, ele faz função de intérprete, enriquecendo ele também” (GOETHE, p. 299-300).

8 “O realismo de atmosfera, que é o de Balzac, é um produto da sua época, ele é um elemento e um produto de uma atmosfera. A mesma forma de espírito – a saber, o romantismo – que tinha começado a experimentar tão vivamente e sensualmente a unidade estilística das épocas anteriores, a sua unidade de atmosfera, que descobriu a Idade Média, o Renascimento e também a particularidade histórica de certas civilizações estrangeiras (Espanha, Oriente), esta mesma forma de espírito desenvolveu também a compreensão orgânica da atmosfera própria ao século, nas numerosas manifestações em que ela se revelava. O historicismo de atmosfera e o realismo de atmosfera estão estreitamente ligados; Michelet e Balzac são levados pelas mesmas correntes” (AUERBACH, 2007, p. 469).

os textos de viagem dentro de uma perspectiva pós-estruturalista, foucaultiana, demonstra que a questão não é dicotômica, mas dúplice, isto é, o modo de narrar está diretamente articulado aos objetivos ‘sérios’ da viagem imperialista; as passagens “obrigatórias”, mais do que lugares-comuns desgastados, como Dantas sugere, seriam, segundo a autora, fundamentais nos relatos de viagem de início do século XIX e constituiriam, entre outras coisas, o que ela entende como a narrativa da anti-conquista. Esta, aliás, já pode ser vislumbrada na própria “Advertência” do primeiro número da *Revue*, e não só no trecho em que os editores afirmam que a revista se interessaria apenas pelos países que pudessem ensinar algo à França, em termos de sua administração, mas também na medida em que eles colocam no mesmo plano, sem hierarquizar, França e Inglaterra, Brasil e Alemanha, os rios dos mares do sul e as margens de Delaware. Em uma espécie de eufemismo, de desvio, e por meio da atmosfera romântica, cria-se igualdade onde se sabe que não há. Mais ainda, “higieniza-se” e “mistifica-se” um projeto de expansão colonial, a se dar pelo mapeamento do terreno alheio. Trata-se, segundo Pratt, de “estratégias de representação por meio das quais sujeitos burgueses europeus procuram assegurar a sua inocência no mesmo instante em que confirmam a hegemonia europeia” (PRATT, 1997, p. 7).

No que toca os escritos de viagem, tais estratégias implicariam, segundo o que se depreende do estudo de Pratt, ou 1) em um distanciamento radical do narrador do objeto, como se ele não estivesse implicado no que conta e como se as coisas existissem por si só, naturalizadas; ou, por outro lado, 2) em uma narrativa excessivamente auto-centrada, que enfatiza as provações e os desastres da viagem, aparentemente apequeando o viajante. Ou, ainda, 3) uma síntese dessas duas estratégias, em sintonia com os escritos não-especialistas de Humboldt, que, ao invés dos seus textos científicos, promove uma mistura de ciência e sentimento, ou, nos termos da autora, a fusão da especificidade da ciência com a estética romântica do sublime (PRATT, 1997, p. 121): “Alexander Von Humboldt reinventa a América do Sul primeiro e sobretudo enquanto natureza. (...) uma natureza dramática e extraordinária, um espetáculo capaz de superar o entendimento e o conhecimento humanos” (PRATT, 1997, p. 120).

No texto de René Primevère Lesson, “Relâche aux îles Malouines”, publicado em 1830 na *Revue des Deux Mondes*, percebem-se imbricados esses três modos de olhar. A publicação do relato de viagem desse naturalista francês, de que pretendo me ocupar neste ensaio, e que a meu ver funciona igualmente como um alerta à burguesia e à monarquia francesas, antecede em apenas três anos a tomada daquelas ilhas pelos ingleses, embora ele seja o resultado de uma viagem feita ainda em 1822. A sua visão das Malvinas como um espaço só natureza pode ser interpretada como uma releitura dos relatos de descobrimento, mas nela está implícito também o desejo de posse de um espaço “liberado” que já foi francês, inglês, e que está em vias de ser apropriado pelo maior inimigo, que não deixa de rondá-lo, percebendo a precariedade administrativa dos seus novos donos, isto é, dos argentinos. As alegorias dos pássaros e dos pinguins, de um lado, seres pacíficos, que andam em bandos e se deixam abater por qualquer um⁹, e, de outro, das aves de rapina, seres confiados, que tomam da mão dos marinheiros as suas presas¹⁰, apontam para essa concepção de território livre, a ser (re)conquistado.¹¹ Em outras palavras, a construção textual de um espaço só natureza sem pessoas (ou com pessoas sem governo, isto é, desgovernadas) pode ser interpretada como a indicação de um campo aberto tanto para a exploração comercial quanto para se tomar posse.

Antes de entrar em detalhes, importa assinalar que o texto de Lesson é um fragmento do seu livro de viagem intitulado *Voyage autour du monde entrepris par ordre du gouvernement sur la corvette La Coquille*¹² e publicado apenas em 1839, porém, no que diz respeito a sua estada nas Malvinas, os textos são praticamente os mesmos. O número da *Revue* em que o fragmento aparece dedica-se quase que integralmente aos

9 A imagem do pinguim como um ser estúpido, inocente e sem utilidade é reiterada ao longo do relato, como nesse trecho: “A estupidez desses pássaros é tal que os marinheiros os massacravam em grande número, sem que aqueles que se encontrassem ao seu lado parecem sentir o menor medo” (LESSON, 1830, p. 343). Daqui para a frente, quando me referir a esse texto, indicarei apenas a página.

10 “Os pássaros predadores, de uma confiança sem igual, vinham para tirar as presas das mãos dos caçadores, e aqueles que, em um primeiro momento, escondiam sua caça na grama, ao voltar não encontravam o menor vestígio delas” (p. 335).

11 Como se sabe, a França instalou uma colônia nas Malvinas em 1764, requisitada, três anos depois, pelo reino espanhol.

12 LESSON, René Primevère. *Voyage autour du monde entrepris par ordre du gouvernement sur la corvette La Coquille*. Paris: Pourrat Frères, 1839. O livro está disponível, em cópia integral, no site *Gallica*, da Biblioteca Nacional da França: <http://www.e-rara.ch/doi/10.3931/e-rara-16289>

relatos de viagem. Além do texto de Lesson, há outros sobre a Oceania, a África, a Ásia, a Europa do norte, os Estados Unidos, o Japão. No entanto, o número inicia com um “Ensaio sobre a população dos dois mundos”, de Adrian, ou Adriano, Balbi, importante geógrafo italiano radicado na França, que apresenta também um “Paralelo estatístico entre a riqueza da França e a da Inglaterra”.¹³ Nesse, por exemplo, chama a atenção a nota do editor “M”, provavelmente Prosper Mauroy, que interpreta o paralelo afirmando que a França, com economia em avanço e número de habitantes estabilizado, estaria na dianteira da Inglaterra, já que, apesar da evolução desta em termos de indústria e comércio, por conta do aumento da população, a sua riqueza acumulada diminuiria em relação ao passado. De modo que, no conjunto desse número, é como se o texto de Balbi constituísse a parte séria e os relatos de viagem, que são a quase totalidade dos textos, constituíssem a sua parte desinteressada, literária, mas não menos importante, pois são eles que, ao mesmo tempo em que divertem e entretêm, fornecem o material bruto para o projeto imperialista e competitivo que está na base, tanto do texto de Lesson, quanto do projeto da publicação. Em outras palavras, os relatos de viagem são o espelho de uma alta burguesia francesa que, de acordo com um estudioso da revista, chegava ao poder, com “[...] confiança no progresso, culto da liberdade individual e defesa da ordem social” (BROGLIE, 1979, p. 33).

Não é outro o argumento da apresentação do relato de viagem de Lesson.¹⁴ Ali, o articulista, anônimo, insiste justamente nesse aspecto dúplice e concomitante dos relatos de viagens, associando, com foco nos seus leitores, prazer e emoção com conhecimento e utilidade.

Fonte inquieta de prazeres e de instrução, as viagens são a leitura dos jovens e dos velhos, dos homens do mundo

13 De acordo com o verbete da *Enciclopedia Italiana*, Balbi é contemporâneo de Alexander von Humboldt, porém seguiu caminho independente, e foi um sistematizador e divulgador consciente e insaciável dos conhecimentos geográficos do seu tempo. O seu *Balanço político do globo* teria feito sucesso junto aos estudiosos do seu tempo, entre eles Humboldt (p. 904).

14 O título dado ao relato é “Journal Pittoresque (Encore Inédit) d’un Voyage Autour du Monde. Par M. Lesson”. O índice da *Revue des Deux Mondes*, publicado em 1875, indica que esse texto teria aparecido em 1831 juntamente com outro relato seu, sobre o Peru. Atualmente, nem a digitalização da *Gallica*, nem a da própria *Revue* trazem nos seus sumários digitais a referência ao texto de Lesson sobre as Malvinas. Talvez porque, na “Table des Matières”, ou seja, no índice do número, o texto de Lesson se intitule “Le Monde. Journal Pittoresque d’un Voyage autour du Globe”. Ou seja, ao contrário dos outros relatos do mesmo número, é curiosamente apagado o nome do território específico a que o texto se refere.

e dos eruditos, dos simples amadores e também dos geógrafos; elas fornecem aos primeiros distração; elas pintam, para os últimos, costumes e hábitos novos; elas dão a todos uma leitura atraente, animada, sempre com bons resultados para a inteligência. Daí o sucesso dessa massa de relações de viagem, que cada ano surge nas nações civilizadas e, por conseqüência, essa avidez geral por esse ramo da literatura. Não se pode nem mesmo dizer, rigorosamente falando, que existam más narrativas de viagens. Mesmo nas mais medíocres, um espírito reto pode ainda tirar verdades úteis (p. 327).

Também, no que toca especificamente a narrativa de Lesson, esta aqui “[...] pode, na sua redação, abandonar-se a todas as sensações que o cativaram, e tentar trazer para a alma do leitor as suas emoções”. Mas, além disso, e apesar do romântico e do pitoresco (“é como pintor que ele esboça com pinceladas largas as produções dos lugares que ele percorreu”), “cada traço ganha ainda seus conhecimentos de naturalista” (p. 328). Como se verá, é exatamente nessa trama de aventura, descrição naturalista (distanciada) e pitoresca (deslumbrada) que se constrói este “Relâche aux îles Malouines”.

Nesse relato de viagem, são poucas as passagens em que o narrador centra a narrativa em si mesmo, como o fazem alguns dos narradores do mesmo número da revista. No entanto, colocadas logo no início do texto, elas são importantes para mostrar a fragilidade do viajante e, por assim dizer, sua humanidade. No caso, o outro com quem ele se confronta é a natureza indomesticada e imprevisível das Malvinas, e não o autóctone, que *a priori* não existe.¹⁵

Em um primeiro momento, nota-se o temor que se instala logo na sua chegada, na visita aos restos do *Uranie*, navio que naufragara naquelas ilhas. Retoricamente, a passagem sugere a sua pequenez frente aos riscos em um ambiente sem lei, mas, por outro lado, amplifica o seu comprometimento com a viagem e a importância da empresa: “Acabamos de deixar a França: nossos desejos são sem limites, assim como nossas ilusões! Qual será o rochedo contra o qual esta máquina

15 O relato anterior, sobre o Japão, é construído com base nos encontros de um governador das Ilhas Filipinas, Don Rodrigo de Vivero y Velasco, com príncipes e imperadores japoneses. Pode-se afirmar que ele é uma espécie de antípoda do relato de Lesson, pelo deslumbramento do viajante com o que encontra naquele país, a que chegou por conta de um naufrágio.

flutuante irá se chocar? Ela reverá o porto? Uma ilha deserta será nossa última morada, ou o estômago de um canibal será o nosso túmulo? (p. 332)”. Como se percebe, a dramaticidade, aqui, é obtida seja pelas exclamações e auto-questionamentos, seja pela intensificação dos perigos enumerados, que vão desde o rochedo até o estômago de um canibal.¹⁶

Em outra passagem, o viajante-aventureiro será vítima das intempéries. Debaixo de chuva cerrada, e tendo saído também para caçar, acaba com o fuzil cheio de água, apenas observando, vencido, milhares de patos imóveis sobre a areia. No entanto, em meio à narrativa desse pequeno desastre, o leitor fica sabendo não só da abundância de víveres da ilha, como também do seu clima (assunto que voltará à pauta em diversas passagens) e de um aspecto da sua geografia, as suas “[...] longas praias uniformes, margeadas por dunas arenosas” (p. 332). Logo em seguida, ainda vitimado pelo dilúvio, o viajante terá que se desfazer dos “diversos pássaros destinados às nossas coleções, e das mostras de rochas cujo peso contribuía bastante para me fatigar”. O desapontamento é seguido, então, de uma autocrítica ao campo científico, como se a natureza adversa tirasse por um momento o viajante da lógica a que estava integrado e lhe permitisse questioná-la. Escreve o viajante: “[...] e quem sabe se, na Europa, algum sábio sentado em um sofá, a cabeça rodeada de almofadas, os pés estendidos perto de um fogo vivo e bem alimentado, não teria criticado a escolha e a preparação desses objetos?” (p. 333). Mas, ao mesmo tempo em que se trata de uma crítica às instituições que patrocinam a viagem – e, de certo modo, à própria *Revue des Deux Mondes* – o trecho serve igualmente para heroicizar o viajante e, mais do que isso, para mostrar a pureza das suas intenções, que, assim como o relato que se está lendo, escapariam da lógica institucional, o que, obviamente, não é o caso.

Por outro lado, contra o utilitarismo, pode-se argumentar que a natureza selvagem, os restos de um navio naufragado, assim como as escarpas dos rochedos e as ruínas de um lugar abandonado obnubilam a razão ocidental. De fato, são imagens que dialogam, entre outros, com as telas de Turner e as paisagens desoladas e sublimes de Chateaubriand, Wordsworth e Humboldt. Trazem o pitoresco, o lúgubre e o selvagem a que, sobretudo, o romantismo soube dar forma, como resistência e reação seja ao empreendimento burguês, seja à natureza controlada da

16 Essa imagem, que remete ao corpo violentado, aparecerá em outras partes do relato. Tratarei dela no final deste ensaio.

aristocracia.¹⁷

Nesse sentido, duas descrições de Lesson merecem destaque. A primeira é a de um conjunto de montanhas:

Os cimos dessas montanhas, com altura de mais ou menos trezentas braças, marcados pelo tempo e pelas catástrofes, são cobertos de recortes imensos de arenito de quartzo representando cubos ou tábuas de um grande volume, cujas bases imitam, a ponto de se confundir, restos de edifícios humanos. De um a dois mil, com efeito, esses montes de arenito lembram, a ponto de iludir, velhos castelos que coroam as colinas escarpadas de Dauphiné, ou os conventos semi-destruídos que os monges empoleiravam em lugares pouco acessíveis nos séculos feudais. Esses estratos de arenito e de quartzo foram arrumados com uma simetria e uma regularidade tais que se supõe que, apenas por causas maiores, como as vastas erupções de água, o seu paralelismo foi destruído em alguns pontos, e que desmoronamentos consideráveis se formaram sobre outros. Do cume dessa primeira cadeia, dominam-se essas montanhas que formam um segundo agrupamento na mesma direção. (...). Tudo nesse vale era a imagem mais perfeita do caos... (p. 338-339)

Do alto da montanha – o que remete à tópica do “monarca que tudo vê”, segundo Mary Louise Pratt (1997) – e lançando mão de uma linguagem técnica que se pretende imparcial, o narrador introduz vocábulos que evocam principalmente grandiosidade, mas também simetria e dissimetria, construção e ruína. E é justamente esse jogo de contrários que dá movimento à descrição. Mas há também paralelismos, que se repetem ao longo do texto, em diálogo com o editorial do primeiro número da *Revue* e com a atmosfera romântica: em uma espécie de correspondência total, natureza e cultura, presente e passado se entrelaçam. Não são gratuitas, no caso, as referências a castelos, monges e mosteiros, vislumbrados na paisagem caótica e, ao mesmo tempo, perfeita das ilhas.

A segunda descrição, que precede a anterior e que gostaria de destacar, vem após a visita de Lesson ao túmulo de um soldado inglês, morto nas Malvinas (o que pode ser lido também como um recado aos

17 Segundo Keith Thomas, em livro que trata da relação do homem com o mundo natural no contexto inglês, “[...] no começo do século XIX, o gosto pela natureza selvagem não era tributário dos modelos artísticos anteriores, da mesma forma que ele ultrapassava os limites do jardim-paisagem de tipo irregular. Para os românticos, uma natureza ‘embelezada’ era uma paisagem destruída” (THOMAS, 1985, p. 346). Ainda, segundo Thomas, “esta devoção meio religiosa pela paisagem selvagem é obviamente um fenômeno europeu, e entre os seus profetas estão Rousseau e Alexander von Humboldt. Mas foram os ingleses que foram o mais longe nisso que se chamou de ‘divinização da natureza’” (THOMAS, 1985, p. 340).

inimigos de plantão). Lesson transfere o momento de melancolia a um conjunto de impressões de paisagem que, enumeradas, evocam o traço romântico do seu relato, mas que se desdobram em uma série de observações de cunho político:

Indo visitar o Port-Louis, o primeiro passo que eu fiz sobre a areia me colocou em frente a um túmulo: uma ardósia servia de inscrição tumular e de mausoléu a um pobre marinheiro inglês cujas cinzas repousavam em paz a uma grande distância da sua pátria. O silêncio de morte que reina nessas terras, interrompido apenas pelas vozes estridentes de alguns pássaros aquáticos, um céu nebuloso, um sol sem força, planícies avermelhadas, montanhas de arenito embranquecidas, casas de tijolos das quais não sobra mais do que ruínas. Tudo isso fazia nascer várias reflexões sobre essa terra antártica, improdutiva e jogada às margens do mundo. (335-336)

296

Impotente frente à paisagem, Lesson não vê muito o que fazer com ela. Não há, aparentemente, o que tirar dali. Mas, o comentário sobre a improdutividade das ilhas, embora tenha efeito quase que instantâneo sobre o leitor, já que vem precedido da descrição a “pinceladas largas” do espaço, não deixa de apresentar contradições. Pois à medida que se vai lendo, vão surgindo usos para essa terra “jogada às margens do mundo”, ou, como ele diz em outros momentos, abandonada pelo criador. Observe-se, assim, quais as reflexões que nascem dessa experiência visual – estética – do viajante. O trecho, que é a sequência do parágrafo que acabo de destacar, é a meu ver uma síntese dos objetivos do relato:

Foi em vão que Bouganville tentou fundar aí [nas Malvinas] uma colônia francesa: após alguns anos de tentativa, no momento em que esse navegador [...] entrevia a prosperidade do seu estabelecimento, foi necessário satisfazer às pretensões dos espanhóis, e deixar para eles este cantinho de terra que eles reivindicaram como uma dependência da América [...]. Preguiçosos por hábito, inábeis para viver onde não há minas de ouro, os espanhóis logo deixaram esta porção do território, mais afeita para ser cultivada por homens trabalhadores, ativos [...], como os suíços. Nesses últimos anos, a república argentina tentou renovar os projetos da Espanha e ocupar as ilhas Malvinas, a fim de não deixar que qualquer outro povo se apoderasse delas. Essas ilhas, completamente estéreis, e incapazes de serem cultivadas, podem servir apenas de ponto militar, destinado a comandar o cabo Horn e interromper o comércio com o mar do Sul. Foi o que trouxe os ingleses a fundar o porto Egmont, sobre a ilha Falkland, a mais meridional das Malvinas, enquanto que os franceses se estabeleceram na *Soledad*, tanto esses dois povos são divididos por uma ri-

validade que seus costumes e as antipatias naturais jamais farão desaparecer. (p. 336-337)

Está em jogo aqui, primeiramente, a ideia de que os suíços, neutros, é que deveriam cultivar aquelas terras, ainda a essa altura do relato consideradas improdutivas (embora, anteriormente, a abundância da caça já tenha sido mencionada). É claro que se a França era aliada da Espanha, de forma alguma Lesson poderia explicitar que os franceses dariam – ou teriam dado – conta do processo colonizador. Por outro lado, não é o que ele sugere ao afirmar que Bougainville entrevia a prosperidade do estabelecimento e que foram os espanhóis que, gananciosos e desleixados, acabaram com o projeto dele, requerendo esse “cantinho da terra”? Por isso que, ao mencionar o interesse dos argentinos sobre o território, Lesson não tece nenhum comentário, embora indique que eles seguirão os passos dos espanhóis, isto é, colonizarão as ilhas apenas para impedir que outros se apropriem delas, mas sem fazê-las prosperar, quer dizer, sem fazê-las úteis. E qual seria a utilidade das ilhas? Nada mais nada menos do que de servir de ponto militar para se obter o controle do comércio dos mares do sul. Ou seja, o detentor do espaço “improdutivo” é “apenas” o detentor do comércio marítimo de uma região importante do globo. Daí as referências à *Soledad*, que “era” francesa, e à Falkland, que “é” inglesa. O longo parágrafo, que iniciou com o túmulo do soldado britânico e derivou para a desolação da paisagem, termina portanto com a constatação da rivalidade entre ingleses e franceses, em diálogo evidente com o texto “sério” de Balbi sobre quais das duas nações estaria à frente na competição capitalista. E bem ao final do fragmento, lançando mão de mais um eufemismo, em outras palavras, do desvio, o viajante transforma a verdadeira razão da rivalidade – o poder colonial – em uma questão “natural” dos costumes.

Há, finalmente, um terceiro modo de olhar que ajuda a armar o relato de Lesson, a saber, o do naturalista que elabora descrições mais detalhadas e técnicas do terreno, do clima, da flora e da fauna. Mas, nem assim, esse discípulo de Lineu e de Humboldt deixa de ir além da sua especialidade, misturando ciência natural, economia, política e literatura. Ao tratar do solo das Malvinas, ele escreve:

A ossatura da *Soledad* é formada por um terreno de xisto folheado [...] que suporta um arenito branquíssimo, de grão finíssimo, constituindo sem divisão todas as cadeias montanhosas [...]. O solo propriamente dito se encontra reduzido a uma argila vermelha de tom ocre [...]. Ora,

Foster e Cook, descrevendo a natureza das rochas do *Hâvre de Noël* e da *Terre des États* indicam-nos a mesma composição mineralógica, e resulta daí esta prova palpável de que as

Malvinas, da mesma forma que todas as ilhotas recortadas ao extremo do estreito de Magalhães, formavam uma coisa só, que foi violentamente separada da América por alguma grande catástrofe da natureza. (p. 336)

Essa descrição – que Paul Groussac pode ter lido¹⁸, e na qual imperam os termos técnicos e se atenuam as “largas pinceladas” – não deveria ser interpretada sem se levar em conta a passagem anterior, na qual o viajante busca deixar clara, também em termos históricos, a ligação das ilhas com a Espanha e, conseqüentemente, com a Argentina. O tempo histórico é, aqui, reiterado pelo tempo mais longo da natureza. Assim, segundo Lesson, as Malvinas (e as Falkland) seriam parte da América e, logo, pertenceriam *naturalmente* aos argentinos. Tudo indica que quem está sendo visada é, outra vez, a Inglaterra.

Após dedicar algumas linhas à escassa vegetação das Malvinas, Lesson começa a tratar da fauna. Ele já passara algumas páginas relatando a curiosidade e estupidez dos pinguins, o modo como eles eram violentados pelos marinheiros, e ainda a abundância de focas nas proximidades das ilhas, objeto de interesse de navios americanos e ingleses. Ressalta-se, nessa especulação sobre o mundo animal, o paralelo com o processo colonizador, a se dar em um espaço livre, cujos habitantes são animais inocentes, que se podem tocar – e matar – com as mãos: “Essa inexperiência dos animais com relação ao homem não é novidade nos lugares inabitados de que nos ocupamos. Suas praias xistosas e escuras estão cheias de pássaros, que as aproveitam em paz e em uma imobilidade perfeita” (p. 360). Caso se pense nos paralelismos e correspondências que faziam parte das mentalidades do período, não deve ser desprezada a relação dos pássaros locais com os argentinos, atuais proprietários das ilhas, porém inábeis para se aproveitar “de fato” delas, ou seja, para sair da “paz” e da “imobilidade”. Da mesma forma, não deve ser desprezado o paralelo das aves de rapina com os europeus glutões, atrás dos pássaros inocentes, já abatidos por outros caçadores:

18 De acordo com Groussac, no livro em que, como Lesson, busca mostrar como os fatos da história concordam com os da geografia, e que, portanto, dão o direito aos argentinos das terras que antes eram dos espanhóis, as descobertas da geologia e da botânica “fazem das ilhas Malvinas uma dependência natural da Patagônia” (GROUSSAC, 2012, p. 18). A seguir, retomamos a relação do livro de Groussac com o relato de Lesson.

Se os pássaros inofensivos são numerosos isso se deve, sem dúvida, ao instinto conservador que lhes foi dado, pois os abutres e os falcões se multiplicaram na mesma proporção e demonstram uma gulodice e uma confiança cega que denunciam tanto uma audácia incomum, quanto uma estupidez pouco normal. Quantas vezes essas aves de rapina tentaram tirar das mãos do caçador a presa que ele acabava de abater? (360-361)

De fato, nesse jogo de perde e ganha são vários os caçadores. Sobre as presas, mais do que os argentinos, que não existem para o viajante, elas parecem agora ser as próprias ilhas, que podem mudar de mãos a qualquer momento, já que as aves de rapina são auto-confiantes e estão sempre prontas para o ataque. Uma última passagem, que repete aquela que vem logo após o encontro de Lesson com o túmulo do soldado inglês, permite avançar essa hipótese:

299

Sobre uma terra improdutiva, onde não crescia uma árvore, onde nenhuma cultura alimentava os colonos, sob um céu nebuloso que predominava uma grande parte do ano, onde as provisões deviam ser trazidas da metrópole, os espanhóis, donos de um terço do globo e de lugares mais férteis, não podiam nem queriam ficar ali permanentemente. Satisfeitos de haver expulsado os rivais, eles se retiraram abandonando as Malvinas ao isolamento ao qual elas parecem condenadas ainda por muito tempo. Não é que a nova república do Prata não teve, em 1825, a veleidade de tomar posse delas; mas as tentativas incompletas e sem resultados, não foram suficientes para dar conta do que poderão fazer por elas em tempos mais prósperos e assim que sua administração do interior estiver consolidada. (p. 349)

Mesmo que Lesson já tenha se referido às Malvinas como ponto estratégico para o comércio e, logo no próximo passo, escreva que “a posição das Malvinas é feliz sobretudo como centro de pesca”, e que, em outro momento veja as ilhas como importante ponto de abastecimento e descanso para quem vai em direção aos mares do sul, mesmo com tudo isso, o viajante insiste, ao longo do relato, sobre a sua improdutividade. Na passagem acima, esta serve de mote para tratar, novamente, dos espanhóis e, em seguida dos argentinos. A reiteração da improdutividade ajuda, também, para distinguir dois momentos, duas fases da colonização, aquela das grandes navegações, dos espanhóis e portugueses, de uma nova, que envolveria sobretudo franceses e ingleses – que são os “rivais” a que ele se refere no texto – e cujo interesse não seria apenas o

da extração desabusada, como o fizeram os “glutões” espanhóis, possuidores de três quartos do globo. Os novos viajantes, empreendedores, de que Bougainville já é um exemplo, teriam o poder de transformar as novas possessões em algo efetivamente produtivo. Porque os argentinos, mesmo que os considere como os herdeiros naturais da terra, Lesson não os vê como capazes de tomar conta das ilhas, dada a sua desorganização política e imaturidade administrativa. Em suma, na concepção do viajante, as ilhas Malvinas, à época de sua viagem, estariam sem dono, e à espera de interventores.

300

Escrevendo já no século XX, com base nos relatos dos viajantes, principalmente daqueles cujas viagens foram feitas ao longo do século XVIII, Paul Groussac, em *Les îles Malouines: nouvel exposé d'un litige*, parece fazer eco às impressões de Lesson, ao afirmar que a verdadeira causa da tomada das Malvinas pelo ingleses

[...] era a anarquia política e social que dilacerava esses territórios infelizes, e fazia deles presas totalmente despedaçadas para as monarquias européias. O que as preservou, e reduziu a conquista a alguns fragmentos de território, foi [...] a competição dos apetites rivais que se respeitavam, sem deixar de lado os Estados Unidos, que já punham os dentes para fora visando o México. (GROSSAC, 2012, p. 53)

Portanto, no seu livro, Groussac, assim como Lesson, defende a tese de que a Inglaterra teria se aproveitado da desorganização argentina para atacar. E, nessa passagem em especial, apesar de não vincular desorganização a inexperiência ou infantilidade, como o faz Lesson, ele se vale da mesma alegoria que o viajante francês, a saber, a das aves de rapina e suas presas. A diferença, porém, é que Groussac redimensiona a imagem, pondo a nu o empreendimento; retrospectivamente, transforma a retórica da anti-conquista em conquista pura e simples, ao empregar vocábulos como “dilacerava”, “despedaçadas”, “apetite”, “dentes”, do mesmo campo semântico que os de Lesson, mas que remetem a um corpo que é efetivamente violentado por outros. Além disso, ao incluir a própria França entre os predadores, Groussac permite ler um texto como o de Lesson, misto de ciência e sentimento, como parte de um projeto competitivo e interessado nos fragmentos e nas ruínas da América

Latina; assim como o eram, aliás, os artistas românticos e os viajantes naturalistas, que, por paralelismo, ou correspondência, parecem dever muito a esses lugares inóspitos, “improdutivos”, na periferia do mundo, sem os quais palavras-chave como nação, romantismo e modernidade provavelmente não teriam sido inventadas.

BIBLIOGRAFIA

AUERBACH, Erich. *Mimésis: la représentation de la réalité dans la littérature occidentale*. Trad. Cornélius Heim. Gallimard: Paris, 2007.

“Avertissement”. *Revue des Deux Mondes*. Tome 1^{er}, Vol. 1, Paris, 1829. p.i-iii.

BROGLIE, Grabiél de. *Histoire politique de la Revue des deux mondes : de 1829 à 1979*. Paris: Perrin, 1979.

DANTAS, Luiz. “La présence et l’image du Brésil dans la *Revue des Deux Mondes*”. Images réciproques du Brésil et de la France - Imagens recíprocas do Brasil e da França: actes du colloque / organisé dans le cadre du Projet France-Brésil [par la] DAGIC [Direction des affaires générales, internationales et de la coopération], Ministère de l’éducation nationale, France; [et du] CAPES [Coordination de la formation des personnels de l’enseignement supérieur], Ministère de l’éducation: Brésil; coord. Solange Parvaux, Jean Revel-Mouroz. Paris, 1991.

Enciclopedia Italiana di scienze, lettere ed arti. Roma: Istituto della enciclopedia italiana, 1961.

GRAVIÈRE, Jurien. “Souvenirs d’un amiral - La marine de la Restauration. - Une campagne dans la mer du sud”. *Revue des Deux Mondes*, XXX^{ème} année, 2^{ème} période, Tome 25^{ème}, 1^{er} février, Paris, 1860. p.636-663.

GOETHE, Johann Wolfgang von. *Écrits sur l’art*. Trad. Jean-Marie Schaeffer. Paris: Flammarion, 1996.

GROUSSAC, Paul. *Les îles Malouines: nouvel exposé d’un vieux litige*. Paris: Harmattan, 2012.

LESSON, René P. “Relâche aux Îles Malouines” (Description de *La Soledad*). *Revue des Deux Mondes*, Nouvelle Série, 2^{ème}, Tome 2^{ème}, Paris, 1830. p. 330-362.

_____. *Voyage autour du monde entrepris par ordre du gouvernement sur la corvette La Coquille*. Paris: Pourrat Frères, 1839.

“Journal Pittoresque (Encore Inédit) d’un Voyage Autour du Monde”. *Revue des Deux Mondes*, Nouvelle Série, 2^{ème}, Tome 2^{ème}, Paris, 1830. p.326-329.

MELLO, Jefferson Agostini. *Intervenções insulares (Santa Catarina, Açores, Malvinas): viagens na Revue des Deux Mondes* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

O’GORMAN, Edmundo. *A invenção da América*. Assis: Unesp, 1992.

PRATT, Mary Louise. *Imperial eyes: travel, writing and transcultura-*

tion. New York: Routledge, 1997.

THOMAS, Keith. *Dans le jardin de la nature : la mutation des sensibilités en Angleterre à l'époque moderne, 1500-1800*. Trad. Catherine Malamoud. Paris: Gallimard, 1985.

VIVERO y VELASCO, Don Rodrigo. "Relation Inédite d'un Voyage au Japon (Deuxième article)". *Revue des Deux Mondes*, Nouvelle Série, 2^{ème}, Tome 2^{ème}, Paris, 1830. p. 310-325.